

Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho

Robinzon Piñeros Lizarazo

Doutorando em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente (FCT/UNESP)

Membro do Centro de Estudos em Geografia do Trabalho -CEGeT-
e Centro de Estudos de Trabalho, Saúde e Ambiente –CETAS-

Bolsista FAPESP, grant 2015/104700

e-mail: robinzonp@gmail.com

Resumo

No intuito de municiar os referenciais teóricos para a compreensão das disputas de classe no cenário do capital reestruturado do agronegócio, neste artigo apresenta-se a proposta conceitual da mobilidade territorial do trabalho de camponeses, assalariados rurais e comunidades tradicionais. Na primeira parte comparece uma revisão teórica focada na teoria dos territórios, elencando duas formas de territorialização presentes na exploração da força de trabalho, seja no movimento como expressividade da sua venda no mercado, seja na imobilidade presente nos casos de verticalização para extrair a renda capitalizada da terra. Foca-se na análise das migrações internas como uma temática em disputa no campo das teorias modernas sobre o desenvolvimento. Nessa sequência, são analisadas as formas materiais da mobilidade da força de trabalho, destacando o deslocamento típico campo-cidade, ademais da migração campo-campo e cidade-campo, as quais têm se intensificado nas últimas décadas com o avanço do agronegócio, a mineração, o turismo e as lutas pela terra protagonizadas pelos movimentos sociais. A discussão final sobre a mobilidade territorial provê referenciais, tanto teóricos quanto empíricos, para fortalecer o debate sobre a dialética capital x trabalho no século XXI.

Palavras-chave: Mobilidade territorial do trabalho; migrações internas; campesinato; assalariados rurais; agronegócio.

Approaches to a definition of the territorial mobility of the labor

Abstract

The following paper aims to contribute to the theoretical discussion of class disputes in the stage of restructuring of capital of agribusiness. In this respect, this paper it provides a proposal for conceptualizing the territorial mobility of the labour for peasants, rural workers and traditional communities. In the first part presents a theoretical review of the theory of the territories, including two forms of territorialization presents in the exploitation of the labour force, the first one such as an expression of the offer the labour in the labour market, and the second one in the immobility, which is extracted the capitalized rent of land. The second part has focused in the analysis of the internal migrations such as a dispute topic in the field of modern theories of the development. In that sense, the material expressions of labour mobility are analysed, highlighting the typical rural-urban displacement, in addition to the rural-rural and urban-rural migration, which have intensified in recent decades by the advance of agribusiness, the mining and tourism, as well as the land struggles carried out by social movements. The final discussion of the territorial mobility provides a framework both theoretical and empirical, to strengthen the debate of the dialectic of capital/labour in the XXI century.

Keywords: Territorial mobility of labour; internal migration; peasants; rural workers; agribusiness

Contribuciones para la conceptualización de la movilidad territorial del trabajo

Resumen

Con el objetivo de aportar referenciales teóricos para la comprensión de las disputas de clase en el escenario del capital reestructurado del agronegocio, en este artículo se presenta una propuesta conceptual sobre la movilidad territorial del trabajo de campesinos, asalariados rurales y comunidades tradicionales. En la primera parte se realiza una revisión teórica sobre la teoría de los territorios destacando dos formas de territorialización presentes en la explotación de la fuerza de trabajo, una como expresión de su venta en el mercado, otra en la inmovilidad propia de los casos de verticalización para extraer la renta capitalizada de la tierra. La segunda parte se concentra en el análisis de las migraciones internas como temática en disputa en el campo de las teorías modernas sobre el desarrollo. En ese sentido son analizadas las formas materiales de la movilidad del trabajo, destacando el desplazamiento típico campo-ciudad, además de la migración campo-campo y ciudad-campo, las cuales se han intensificado en las últimas décadas por el avance del agronegocio, la minería y el turismo, así como por las luchas por la tierra protagonizadas por los movimientos sociales. La discusión final sobre la movilidad territorial provee referenciales, tan teóricos como empíricos, para fortalecer el debate sobre la dialéctica capital x trabajo en el siglo XXI.

Palabras-clave: Movilidad territorial del trabajo; migraciones internas; campesinado; asalariados rurales; agronegocio.

Introdução

O conceito de território se apresenta como conceito fundamental para compreendermos o processo histórico de avanço do capital no campo na América Latina, dimensionando as territorialidades construídas nas disputas que enfrentam ao campesinato e comunidades tradicionais com o capital do agronegócio, da mineração e do turismo, entre outros.

A teoria dos territórios de Fernandes (2009, 2008) focada na questão agrária e as territorialidades camponesas municia nossa reflexão no tocante ao poder, à conflitualidade e aos fluxos e fixos que operam no processo da mobilidade do trabalho e acumulação do capital propostos por Gaudemar (1977). Esse referencial teórico faz parte dos principais fundamentos da nossa proposta de conceituação da Mobilidade Territorial do Trabalho.

O andamento para propor esse conceito se baseia na interpretação marxista do processo de construção da força de trabalho para ser explorada, distinguindo as particularidades do processo de trabalho camponês e o industrial, mesmo assim, interligadas pelo avanço dos processos de produção industriais na agricultura. Dessas diferenças emergem os elementos fluxos que se materializam no trabalho migrante,

sazonal, temporário etc., assim como os elementos fixos, observados no trabalho de camponeses inseridos em processos produtivos de integração vertical e horizontal.

Essa tessitura teórica se subsidia da proposta de leitura paradigmática de Fernandes (2005), que se enquadra no entendimento de uma disputa no âmbito do território imaterial na teoria geográfica. Assim mesmo, está amparada na revisão das disputas teóricas sobre a questão da migração interna e o desenvolvimento na América Latina, presente nas teorias do desenvolvimento e da dependência.

No final, esse percorrido teórico-metodológico fundamenta nossos argumentos sobre o que está acontecendo nas últimas décadas no campo por conta do avanço avassalante do capital reestruturado, se territorializando para espoliar terra, trabalho e recursos naturais (THOMAZ JUNIOR, 2009). Todavia, destacamos a centralidade do trabalho para desvendarmos as formas como o capital produz o estranhamento de camponeses e trabalhadores rurais através das formas reestruturadas de controle da força de trabalho: flexibilização e precarização; alicerçando a dominação de classe, assim como as lutas pela terra e o trabalho.

A mobilidade do trabalho como produção socioespacial das disputas de classe no capitalismo

Na relação de compra e venda da força-do-trabalho, comparece como fato espacial entanto se realiza no mercado, como relação social entre o comprador e o vendedor. Ao aprofundarmos nessa relação poderemos analisar as contradições que a constituem, nesse sentido, Marx (2013) sinaliza que “a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria **no mercado** na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho” (p. 314, grifo nosso). Entendendo que o Capital é uma relação social, no mercado comparece uma das múltiplas relações que o compõem, a contradição Capital X Trabalho. De um lado teremos ao vendedor, indivíduo que oferece sua força de trabalho, do outro lado está o capitalista, que através do dinheiro a compra para controlá-la ao processo produtivo e extrair a mais valia. Existe outra relação social que faz parte dessa acumulação do capital, localizada na relação entre o capitalista e camponês ou sujeito de comunidades tradicionais, essa está constituída pelo ingresso resultante da renda transferida para o capital, através da venda do produto plantado e coletado pelo campesinato ou comunidade tradicional (BARTRA, 2006), essas duas relações serão tidas com referencia, devido a que nos permitirão aprofundar nas mudanças históricas sob a fase reestruturada do capital e seu avanço territorial para produzir valores de troca.

O mercado é o espaço geográfico, entanto é uma materialidade histórico-concreta do processo do trabalho no capitalismo, tornando-se determinado e determinante pela sua importância no processo de (re)produção do capital (MOREIRA, 2009, p. 50). Isto é, o mercado é o espaço do antagonismo de classe, o que, segundo Marx, estabelece uma relação mútua entre as classes sob o princípio de “iguais possuidores de mercadorias”, sendo que os dois (quem possui o dinheiro –comprador- e quem possui a força de trabalho ou o produto de seu trabalho) são pessoas juridicamente iguais (MARX, 2013, p. 314).

Nesse sentido, a aparente igualdade econômica dessa relação existe também no âmbito formal da esfera política sob o comando do Estado, materializada nas leis e políticas que garantem a propriedade privada das mercadorias e suas trocas. A igualdade, como colocada, é o fundamento positivo da liberdade no sentido burguês, segundo Marx (2010), como direito humano que reproduz o indivíduo limitado a si mesmo, como possuidor de propriedade privada. Essa liberdade positiva é o reconhecimento formal da pessoa livre que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, esse é um dos dois pontos destacados no processo de produção e exploração da força de trabalho para transformar o dinheiro em capital (MARX, 2013; GAUDEMAR, 1977).

O segundo ponto é a liberdade negativa, processo histórico da espoliação dos meios de produção, do próprio trabalho e da integração e/ou destruição em diferentes graduações, dos resquícios de outros modos de produção não capitalistas (como o camponês, indígena ou quilombola) com o intuito de produzir valor e acumular capital. A principal característica desse processo é a produção do indivíduo carente das condições necessárias para sua subsistência, isso vai derivar em duas relações de exploração: a primeira se ancora no sujeito que só tem a sua própria força de trabalho para vender; a segunda é fruto da venda (renda capitalizada da terra) do produto do seu trabalho na terra ou nos recursos naturais (mineração artesanal, artesanato, turismo).

A dialética da liberdade está diretamente relacionada com a mobilidade do trabalho, e, se manifesta através da subsunção das qualidades humanas que produzem valores de uso, ou seja, as “capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva” (MARX, 2013, p. 312)¹. Desse modo, a relação de compra e venda está mediada pelo valor de troca, e coloca toda forma de mobilidade no capitalismo como *mobilidade forçada* (GAUDEMAR, 1977, p. 17). Assim, toda venda da força de trabalho livre ou dos produtos do trabalho da terra, ocorrem na esfera da circulação, ou seja, no mercado que materializa os movimentos e processos pelo espaço geográfico, desde a esfera da produção de mercadorias até a realização do seu valor de troca. Assim, as mercadorias são o produto das condições de produção materializadas na divisão territorial do trabalho.

¹ No texto de Gaudemar (1977) essa citação direta de Marx as capacidades são traduzidas como qualidades da força de trabalho, acrescentando algumas outras: “qualidades psíquicas, físicas e intelectuais”.

No caso, a força de trabalho se insere como *mobilidade forçada* através da prática individual da liberdade positiva, essa aparência está fundamentada na decisão “estranhada” do sujeito que parece escolher racionalmente o local de trabalho e aceita as condições de venda de sua mercadoria (ALVES, 2007). O estranhamento é produzido pela a liberdade negativa, baseada no poder exercido pelo modo de organização espacial do capital, através da qual consegue garantir a exploração do trabalho. Segundo Gaudemar (1977) a mobilidade não só está composta pelos deslocamentos espaciais, porém, “todos os modos de passagem de mão-de-obra disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta mão-de-obra” (p. 21).

Isto é, a mobilidade e controle do trabalho, tanto dos sujeitos que se deslocam para os locais de trabalho (migração para usina, fábrica, lote, casa etc.), quanto das condições de intensificação da produtividade (horários, recrutamento e seleção das camadas mais produtivas, controle das esferas reprodutivas) e das exigências de qualificação e profissionalização (formação e educação). No caso do campesinato a mobilidade forçada é produto das formas de subsunção formal (as formas econômicas submetidas ao capital) e subsunção material (a produção submetida à racionalidade técnica e tecnológica do capital) que o identificam como classe explorada ou subordinada ao capital (BARTRA, 2006; THOMAZ, 2006; 2013; FERNANDES, 2013).

Nesta relação desigual de troca entre o capital e força de trabalho comparece com grande destaque a capacidade de mobilidade. Para o primeiro, a mobilidade garante a capacidade para se deslocar procurando as condições para sua valorização e (re)produção, para a classe trabalhadora é a capacidade de (re)produção de suas condições mínimas de existência, deslocando-se para ir atrás dos locais de emprego, para se adaptar às exigências da polifuncionalidade, procurando a terra ou trabalhando em seu lote ou sítio, e ainda mais hoje, procurando a qualificação requerida. No caso do campesinato, além da possibilidade de venda de força de trabalho fora da sua propriedade de terra, defronta a mobilidade para vender os produtos do seu trabalho de sua terra nas condições impostas pelo mercado.

Nesse sentido, concordamos com Perpetua (2013) ao afirmar que a mobilidade espacial do capital e do trabalho “não é apenas um efeito da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra [causa]” (p. 61). Em consequência, a mobilidade é um fator que nos auxilia para compreender a origem e o desenvolvimento dos territórios no capitalismo, para além das relações de poder que são constituídas e constituintes das relações de produção contraditórias, quer dizer, são resultado e sujeito dos conflitos do processo histórico do capital (BARTRA, 2006).

A mobilidade territorial do trabalho como conceito

Fernandes (2009) sinaliza que a conflitualidade é um dos princípios da formação dos territórios, e é reflexo das contradições sociohistóricas das relações sociais. Assim sendo, “[a]s classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial” (p. 203). Portanto, como manifestação da conflitualidade no campo temos os interesses do capital, e, ao mesmo tempo, comparecem as lutas e resistências do campesinato e comunidades tradicionais, destas emergem territórios heterogêneos e contraditórios que se realizam no mesmo espaço.

Desse modo, a conflitualidade é uma relação de poder constituinte dos territórios. Por um lado, o poder atua como elemento que define o outro oposto (o Capital, o Estado, a classe trabalhadora ou o campesinato), registrando a ação de dominação ou resistência dos atores e instituições que o reproduzem (empresários, funcionários, camponeses, quilombolas, operários etc.), ou seja, a “*disputa territorial*”. De outro lado, ao interior dos territórios, revelam-se ações de poder por parte dos atores ou instituições para se apropriar do espaço (material e imaterialmente), produzindo a força viva do território, a “territorialidade” (FERNANDES, 2008; RAFFESTIN, 1996).

A mobilidade, segundo os argumentos supracitados, constitui um tipo de disputa territorial que projeta a dialética Capital X Trabalho. Nesta contradição comparecem hegemonicamente as formas de dominação do Estado e do capital, atreladas ao entendimento da mobilidade como um problema da quantidade e disponibilidade espacial da população, ou seja, como um “recurso” que representa um custo. Segundo Raffestin (1996), esse é o primeiro domínio do poder, tentando governar a população através da contagem (recenseamento) e da regulação dos fluxos naturais (natalidade, morbidade e mortalidade) e espaciais (imigração, emigração e migrações internas). Assim, esse autor sinaliza que as variações podem ser seguidas e geridas no tempo e no espaço:

As variações no tempo incitaram a tomada de medidas que se concretizaram em políticas populacionais ou não. As variações no espaço determinaram políticas de localização, de transferência, autoritárias ou não (RAFFESTIN, 1996, p. 70).

O controle dos fluxos de população pelo Estado elenca a territorialidade do território de governança (FERNANDES, 2008), gerindo as formas de uso e acesso ao território nacional (liberdade), por consequência, das múltiplas territorialidades que o compõem. Ao lado do Estado, o Capital se desloca para se territorializar, arranjando as condições para garantir sua valorização, nesse processo, a população comparece em condições potenciais para ser expulsa (deslocada, desterreada etc.) ou controlada, mobilizada e inserida na

produção e extrair a mais-valia; ora como fonte de força-de-trabalho, ora como fornecedora de produtos.

Assim sendo, ao interior e nas margens da governança estatal e dos rearranjos do capital estão as territorialidades da população, recriando-se como expressões da multidimensionalidade que configuram as questões políticas, econômicas, culturais etc., da classe trabalhadora ou subalterna. Desse modo, comparece nessa relação a *multiterritorialidade*, produto da diversidade e interação conflitiva ou pacífica entre os territórios construídos no espaço geográfico (FERNANDES, 2008, 2009).

Esse arcabouço teórico destaca a compreensão da mobilidade do trabalho como uma forma de territorialização. Em concordância com isso, sugerimos como conceito emergente a ***mobilidade territorial do trabalho***, produto das relações de poder ancoradas na dialética Capital X Trabalho. Para além da interpretação da mobilidade só como desterritorialização, nos auxiliamos de Haesbaert (2011), quem assinala que uma conceitualização de território mais dinâmica pode reconhecer alguns dos movimentos de pessoas, ainda mais visíveis hoje no contexto da globalização do capital e das mercadorias, como formas de “territorialização no movimento e na imobilidade”. O autor afirma que:

[...] a territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos, a desterritorialização também pode ocorrer através da ‘imobilização’, pelo simples fato de que os ‘limites’ de nosso território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, estar sob controle ou o comando de outros (p. 237).

Nesse intuito o autor estabelece dois tipos de mobilidade que oferecem elementos analíticos para compreendermos a mobilidade territorial do trabalho. O primeiro tipo está inspirado na figura do nômade, como movimento sob-controle e repetitivo, com um alto grau de previsibilidade. A desterritorialização inerente à mobilidade constitui a territorialidade, “pois o território pode ser definido também como repetição do movimento (...). O que importa aqui é a presença de um processo de domínio e/ou apropriação que dota o espaço de função e expressividade” (HAESBAERT, 2011, p. 242).

O segundo tipo acolhe a figura do migrante, sendo que a mobilidade é um meio na busca de certa estabilidade, essa condição dificulta a sua classificação como desterritorialização. A migração não é genérica, por isso, tem que ser qualificada nos termos de suas origens econômica (v.g. trabalho), política (v.g. refugiado ou exilado), cultural (v.g. religião, etnia, raça), ambiental (v.g. produto de catástrofes) etc. Assim, essas origens terão que ser relacionadas com o tipo e/ou o nível da desterritorialização (tempo e escala, entre outros). Em vista disso, a mobilidade do migrante é relativamente controlada e direcionada,

portanto, não é produto da indeterminação, permitindo uma territorialização em movimento (HAESBAERT, 2011).

A referência desses dois tipos de mobilidade, um destes, próprio de populações pré-capitalistas (nomadismo) e, o outro, multidimensional (migrante), oferece elementos para pensarmos a sua importância na análise do território. Segundo o autor, essas mobilidades não são uma novidade, só que atualmente o “elemento rede passou a dominar”, esclarecendo que essa mobilidade interage com o princípio fixo do território. Isto implica que não é possível fazer uma leitura dicotômica entre território-fixo e território-rede, pois como temos mostrado o movimento em rede é constituinte do tudo (HAESBAERT, 2011, p. 282).

A territorialidade no movimento da força de trabalho faz parte do conceito que denominamos de **mobilidade territorial do trabalho**. Nosso objetivo é utilizá-lo para analisar as formas de exploração dos trabalhadores inseridos no avanço do agronegócio em territórios camponeses, territórios de comunidades tradicionais e terras devolutas. Fato que tem se impulsionado com o interesse das multinacionais e do capital financeiro, no contexto de políticas nacionais de liberalização comercial de commodities agrícolas e mineiras.

Como exemplo desse notado interesse que alicerça a disputa territorial, temos o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID- (2004) financiado pela “Global Harvest Initiative”² elencando as vantagens comparativas que possui a América Latina e o Caribe na produção de alimentos e agrocombustíveis. Segundo esses critérios:

é rica em três dos ingredientes mais importantes para a produção agrícola: terra, água e habitat natural. A região tem um terço dos recursos de água doce do mundo, mais que qualquer outra região em desenvolvimento tomando-se como base a renda per capita. Tem mais de 28% da terra do mundo identificada como de médio a alto potencial para a expansão sustentável da área cultivada e cerca de 36% das terras que estão a seis horas viagem dos mercados. De fato, a região tem mais terra potencialmente adequada à agricultura de chuva do que a terra combinada de todas as outras regiões do mundo, afora a África subsaariana (BID E GLOBAL HARVEST INITIATIVE, 2014, p. 7).

A heterogeneidade e os desdobramentos desse avanço são enxergados pelos movimentos sociais como a Via Campesina como espoliação, seja material, da terra através de práticas de grilagem, acaparamento e estrangeirização (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012); seja imaterial (simbólico), atingindo os saberes presentes nas práticas camponesas tradicionais e alternativas (por exemplo, a agroecologia). Também, esse

² Algumas das empresas ou grupos econômicos que financiam à Global Harvest Initiative são protagonistas do avanço recente do capital mundializado para controlar grandes extensões de terra através da compra/arrendamento/integração para investimentos agrícolas na América Latina: Coca Cola Company, Mitsubishi Corporation, Unilever, Monsanto, Mondelez, John Deere e Dow. Ver: <http://www.globalharvestinitiative.org/>

movimento social manifesta seu interesse pelos desdobramentos das migrações de camponeses e/ou trabalhadores rurais, em diferentes escalas (regional, nacional e internacional), dado que:

La emigración, desde el punto de vista de La Vía Campesina, incluye un continuo ataque a las/os campesinas/os, productores/as de pequeña escala y trabajadoras/es rurales y agrícolas de todo el mundo. (...) La migración es un tema transversal y un importante ámbito de trabajo para La Vía Campesina. Es un escenario de lucha en el que se cruzan muchos temas diferentes, como los derechos humanos y **derechos laborales**, temas de género, el clima y muchos otros. Aún más importante: es el **nexo entre el trabajo campesino y el trabajo asalariado, lo rural y lo urbano** (LA VIA CAMPESINA, 2014, p. 25-26, grifos nossos).

A expressividade da disputa territorial entre Capital e Trabalho no campo abrange a materialidade e a imaterialidade (simbólico), (re) produzindo a contradição entre dois grandes modelos de desenvolvimento no mesmo espaço. Nessa multidimensionalidade que caracteriza os territórios, pretendemos fazer um recorte temático para qualificar a nossa análise da mobilidade territorial do trabalho, concentrando as atenções nas migrações internas (nacionais). Esse fenômeno, na América Latina, tem sido em grande parte induzido pelo Estado, mormente desde os mediados do século XX, com o intuito de criar e gerir as condições para aperfeiçoar o seu domínio territorial e o desenvolvimento capitalista. O Capital, por sua parte, acompanha essas ações se interessando pela desejada modernização ou acumulação na indústria, comércio e agricultura.

A migração interna como um dos correlatos da mobilidade territorial do trabalho tem foco no deslocamento campo-cidade, fato que atinge à relação entre desenvolvimento das forças produtivas e acumulação de capital. Na América Latina esse processo foi alicerçado pelas ações de cooperação internacional (Banco Mundial, BID, USAID e CEPAL, entre outras) e a assimilação das teorias sociológicas e econômicas norte-americanas sobre o desenvolvimento. No viés contrário, emergiu uma proposta teórica crítica desse modelo de desenvolvimento, denominada de teoria da dependência, que sinalizava a migração campo-cidade como reprodutora das relações desiguais no processo de acumulação mundial do capital, além de fazer ênfase nas consequências estruturais para a população camponesa, seja como processo de decomposição de classe (de camponês para operário) ou como classe subordinada ao capital. Nas últimas décadas do século XX, com a reestruturação produtiva do capital o padrão da migração campo-cidade tem sido mais heterogêneo, destacando-se o aumento de outras formas de mobilidade territorial do trabalho, existentes ou emergentes, como os fluxos de retorno regional (cidade-campo) e a migração campo-campo para se assalariar no agronegócio ou mineração etc. (THOMAZ JUNIOR, 2013; 2006; PÓVOA-NETO, 1997).

A mobilidade territorial do trabalho e sua expressividade nas disputas territoriais imateriais e materiais

Para fazer a análise da temática das migrações internas como fato seminal, baseamo-nos inicialmente na proposta de Fernandes (2013, 2005) respeito à leitura paradigmática da produção da teoria como terceiro território, como território imaterial em disputa (FERNANDES, 2009). Consideramos que essa proposta contribui com uma leitura crítica dos posicionamentos acadêmicos, portanto, políticos, inerentes à produção científica e seus desdobramentos nos modelos de desenvolvimento agenciados pelos atores e instituições sociais (Estado, Universidade, Escola, Empresas, Movimentos Sociais, Sindicatos etc.).

O núcleo da análise do autor é a disputa teórica e política entre o Paradigma da Questão Agrária -PQA- e o Paradigma do Capitalismo Agrário -PCA-. Essa disputa está focada na luta de classes presente nos conflitos pela terra e a extração/apropriação da renda capitalizada da terra (FERNANDES, 2005). Derivado dessa proposta analítica, consideramos que a mobilidade se insere no tocante à identificação do campesinato e das comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos etc.) e indígenas, como força de trabalho móvel, quer dizer, como população gerida pelo Estado e o Capital como exército industrial de reserva deslocado para a cidade (migrantes), ou localizado no campo como esfera não-capitalista passível de ser inserida no processo de valorização do capital do agronegócio (trabalhadores rurais ou camponeses integrados).

A produção teórica desses paradigmas é um posicionamento político enfrentado. O PQA tem uma fundamentação na teoria marxista, dividida em duas vertentes: os proletaristas que focam no processo de proletarização do campesinato e os campesinistas que acreditam na recriação do campesinato ao interior das contradições que experimenta. Contrário a isto, o PCA com a produção teórica de finais do século XX com origem em teorias precedentes, expressamente na obra do brasileiro Abramovay, quem acredita na profissionalização do campesinato, quebrando o modo de vida comunitário e sua integração parcial ao mercado capitalista, à vista disto, transforma-se em agricultor familiar adaptado totalmente às formas sociais, culturais e econômicas do capital (FERNANDES, 2005).

Como disputa territorial imaterial, revemos na história das ciências sociais essa tensão entre paradigmas como expressão da bifurcação teórica que se produz há três séculos quando a teoria social se desprende da filosofia idealista. Desse processo despontam as análises materialistas (positivista e marxista) sobre as estruturas e processos das mudanças sociais, produtivas e culturais, resultado da revolução industrial e as revoluções políticas (francesa, e as independências dos Estados Unidos e as colônias da

América Latina) aos finais do século XVIII e no decorrer do século XIX (WALLERSTEIN, 1996).

A migração campo-cidade comparece como fenômeno interligado dessas mudanças estruturais, nessa seara, os autores revisados sinalizam duas escolas de análise da migração desde começos do século XIX. Uma destas é a escola **neoclássica**, herdeira da teoria clássica da economia e da teoria demográfica de Malthus, a qual considera a migração como efeito de atração-repulsão (push-pull) vinculada ao crescimento demográfico e sua influencia no aumento dos preços dos alimentos e salários. Consequente com esses princípios, aos finais do século XIX, Ravenstein, geógrafo inglês, propôs as leis da migração interna produto da urbanização e industrialização das sociedades, inserindo no modelo teórico, variáveis independentes de tempo (durabilidade), espaço (distância), posição social (gênero) e fatores de inovação como a apropriação social da tecnologia. Já, aos mediados do século XX, Everett Lee acrescentou variáveis focadas nas áreas de expulsão e propôs hipóteses sobre o volume da migração e os fluxos, entre outros aportes (BECKER, 1997, p. 326-327).

Outro geógrafo destacado e influente nessa escola, é o estadunidense Wilbur Zelinski, que cunhou em 1971 a hipótese referida à relação entre a migração com o desenvolvimento. A hipótese explicitava que “há regularidades no crescimento da mobilidade pessoal através do espaço - tempo durante a história recente, e essas regularidades compreendem um componente essencial do processo de modernização” (p. 222, tradução nossa). O que significa que a mobilidade é entendida como medida da desterritorialização para a modernização das sociedades, seja como deslocamento populacional, seja como mobilidade social ascendente das camadas inferiores.

A migração segundo os neoclássicos é positiva, ressaltando o deslocamento de indivíduos no espaço geográfico por razões econômicas, fazendo uso da sua liberdade positiva, produto do uso de sua racionalidade de custo-benefício para procurar melhores condições de vida ou de investimento.

O migrante significa (...) um portador de trabalho, fator produtivo que, em combinações adequadas com a terra e o capital, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço pode ser tido, para os neoclássicos, como ‘equilibrado’ ou ‘desequilibrado’, conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado ‘ótimo’ (PÓVOA-NETO, 1997, p. 15).

Esse estilo de pensamento entende o desenvolvimento desigual como dual, reconhecendo a existência de setores pré-modernos (campesinato, comunidades tradicionais e indígenas, e marginais urbanos) e um setor moderno (vinculado à indústria urbana com força de trabalho livre no sentido positivo). A migração comparece nesse

dualismo como mecanismo de equilíbrio, portanto, manifesta-se como fluxo de ajustamento e um indicador dos níveis de progresso.

Em síntese, o foco dessa escola é a “mensuração dos fluxos demográficos” e as “características individuais dos migrantes” sobre o espaço geográfico homogêneo, ou tendente à estabilidade. Os estudos espaciais nessa perspectiva utilizam métodos estatísticos para a explicação dos fluxos (linhas) e aglomerações (pontos) (BECKER, 1997, p. 323).

A segunda escola tem o seu patamar na teoria marxista e é denominada de **histórico-estrutural** (BECKER, 1997; PÓVOA-NETO, 1997; ORTIZ, s.f.). As diferenças com a escola neoclássica estão na concepção da racionalidade do indivíduo como motor da migração, e na tendência ao equilíbrio espacial da população se projetando ao progresso linear, isto é, à indústria e à urbanização. Segundo a perspectiva histórico-estrutural, a tendência do capital de gerar excedentes de força de trabalho (exército industrial de reserva) não produz equilíbrio, ao contrário, arranja as condições desiguais nas quais o capital se valoriza, e reproduz a disciplina do trabalhador no âmbito da dominação de classe.

Também critica a análise mecanicista por desconhecer a história como processo tanto social, quanto econômico. Assim sendo, a escola estrutural-histórica faz uma mudança na análise ao inserir a história como processo fundamental e ao realizar a crítica à “racionalidade” do indivíduo isolado procurando vantagens [liberdade positiva]. Desse modo, colocou o social e o econômico como estruturas dinâmicas, isto é, as relações sociais de produção e as formas de controle da força de trabalho pelo capital determinam a maior ou menor propensão à migração dos grupos e classes sociais [liberdade negativa]. Portanto, a migração deixa de ser representada como

[...] mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico. [Na teoria marxista] Ela configura, em suas diversas modalidades, a existência de organizações sócio-espaciais específicas” (PÓVOA-NETO, 1997, p. 19).

Nessa escola, na segunda parte do século XX, comparece a proposta de Gaudemar (1977). O autor, através da leitura aprofundada da obra de Marx e a crítica aos neoclássicos, defende que há diferentes dimensões que constituem a mobilidade forçada da força de trabalho.

Na sua dimensão espacial, ela assegura a repartição dos indivíduos no espaço, na sua dimensão profissional constitui o postulado implícito de toda a nomenclatura dita homogênea, portanto de toda codificação das atividades; na sua dimensão produtiva mais geral, ela conduz a todos os processos pelos quais o capital dispõe das forças de trabalho e as usa na multiplicidade dos processos de extorsão da mais-valia tanto absoluta como

relativa. A mobilidade do trabalho surge assim como trave maestra de toda estratégia de desenvolvimento capitalista (GAUDEMAR, 1977, p. 51).

Destarte, com Gaudemar se entende que a mobilidade é forçada, e se manifesta em três tipos: a localização e distribuição dos indivíduos como expressado na análise da migração alicerçada pelo capital (mobilidade espacial); também abrange a mobilidade setorial representada na transferência de força de trabalho entre setores econômicos, e, finalmente, a mobilidade ao interior das profissões-ocupações dentro de um mesmo setor econômico. Com isso, aprovisiona-se a compreensão da dominação de classe através dos indivíduos que são constrangidos para se adaptar ou se deslocar entre lugares, setores, profissões, empregos, funções etc.

Em síntese, a mobilidade territorial do trabalho enquadra diferentes movimentos que têm a ver com a divisão territorial do trabalho. Os neoclássicos analisam o equilíbrio populacional através dos fluxos e pontos, o que é a representação da teleologia do capital e seu desenvolvimento histórico e espacial. Já o marxismo representado pela escola histórico-estrutural destaca as contradições que emergem de uma relação social desigual, que mobiliza aos sujeitos para serem exploradas pelas forças históricas e espaciais do capital. O mais destacado da análise marxista é o entendimento do fenômeno para pensarmos que o movimento não só encaixa como migração ou deslocamento entre territórios. A contradição também explica a diversidade de movimentos que alicerça o capital no território para explorar temporalmente a força de trabalho e criar o exército industrial de reserva, ou seja, o controle territorial ampliado na dominação da esfera reprodutiva da classe trabalhadora.

América Latina como cenário da disputa territorial imaterial sobre a mobilidade territorial do trabalho

Temos mostrado que as disputas tanto na análise do PQA e PCA, quanto das escolas das teorias da migração oferecem um marco de análise da mobilidade territorial, enquanto nosso intuito é aprofundar nas disputas territoriais produzidas pela contradição Capital X Trabalho no campo, particularmente na América Latina. No sentido político e teórico nossa escolha analítica se inclina pela interligação existente entre os paradigmas e as escolas da análise da migração com a conflitualidade presente nas teorias sobre o desenvolvimento na América Latina, as quais aparecem ao longo do século XX, inclusive, com maior destaque na segunda parte deste.

No decorrer deste século, governos, agências multilaterais, *think thanks* e intelectuais filiados às universidades e/ou centros de pesquisa interessados na América Latina, interpretaram as condições para impulsionar economicamente o progresso, agora

denominado de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento mais destacado é proposto pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe –CEPAL-, e acolhe as expectativas econômicas da inserção dos países da região no mercado mundial superando o ciclo de exportações de produtos primários (agrícolas e minérios), propondo uma fase de industrialização alicerçada pelo modelo de sociedade moderna caracterizada pela urbanização, individualização (cidadão e consumidor), e a consolidação da instituição estatal, entre outros aspectos. Marini (1994) identifica à CEPAL como a plataforma ideológica dos países desenvolvidos no tocante à difusão e aplicação da teoria da modernização, no entanto, os intelectuais que atuaram nessa instituição (Raúl Prebisch e Enzo Faletto) introduziram mudanças que representaram uma contribuição original que se destaca como o *desenvolvimentismo latino-americano*³.

Os rasgos distintivos dessa contribuição se municiam na crítica da teoria econômica clássica, no tocante ao comércio internacional que acolhe como princípio a lei das vantagens comparativas, colocando como ponto central a deterioração dos termos de troca. América Latina já tinha uma inserção no mercado mundial como exportadora de bens primários desde o século XIX (economia herdada da dominação colonial espanhola e portuguesa), só que, essa vantagem, com o decorrer do desenvolvimento industrial nos países centrais vai trazer uma deterioração dos termos de troca, o que consiste em uma confrontação desigual das mercadorias com pouco e mais valor agregado no mercado mundial entre países industrializados e países de economia primário-exportadora.

Se não desenvolverem um setor industrial o manufatureiro os países latino-americanos não teriam possibilidade de conseguir a elevação da produtividade do trabalho, em consequência, não poderiam comercializar mercadorias com valor agregado e tampouco possuir uma oferta de emprego derivada da indústria, e, por consequência, isso impediria a integração da força de trabalho excedente no setor primário e terciário. A proposta para atingir essa deterioração foi o estímulo do crescimento industrial por meio da substituição de importações, aprofundando a dualidade da economia com um setor industrial-moderno e outro setor atrasado, a agricultura. O relacionamento entre esses setores se baseava no financiamento do setor industrial pelo setor rural a partir de duas ações: o campo atuaria como fornecedor de alimentos e matérias primas baratas para a cidade e a indústria, assim como, transferiria a força de trabalho que a indústria precisasse, alicerçando a proletarianização através da migração campo-cidade.

Os efeitos esperados foram uma redistribuição, ou equilíbrio segundo a teoria neoclássica, que alavancaram as forças produtivas dos polos de desenvolvimento urbano

³ A mais importante contribuição, segundo Marini (1994), é introduzir a questão centro-periferia, indo para além das outras teorias do desenvolvimentismo. Isso colocou dentro da análise a economia mundial em relação com a economia nacional e regional, desvendando as desigualdades próprias do sistema como um todo.

em cada país. No tocante ao interesse de classe, esse se concentrou na burguesia industrial, ator fundamental da mudança de uma estrutura econômica primário-exportadora para uma estrutura de mercadorias industrializadas. O equilíbrio produzido pela migração, de fato, representou um pacto intra-classe, ao manter a estrutura latifundiária em poder da burguesia agrária, adiando as políticas de Reforma Agrária ou executando contrarreformas agrárias.

O campesinato comparece dentro desse modelo como ator atrasado e marginal, a única possibilidade era sua transição para a modernidade capitalista, ora através da migração para se proletarizar na cidade, ora como agente da mudança técnico-científica produto da “revolução verde”. Ambas as tendências inspiraram interpretações enquadradas na teoria desenvolvimentista.

Em referência à migração interna teve a proposta do sociólogo argentino Gino Germani. Este, mantendo como núcleo central a teoria neoclássica (Push-Pull), acrescentou uma análise sociológica das normas sociais da migração, destacando as mudanças psicossociais de valores, crenças e comportamentos ao se urbanizar a população. O modelo identificava duas fases, a primeira vinculava as mudanças da estrutura econômica expressadas na industrialização e a urbanização com a adoção de condutas próprias de países desenvolvidos (individualismo, cálculo racional e laicismo); a segunda fase, resultado evolutivo da primeira, colocava a cidade como centro de atração dos setores tradicionais-rurais que procuravam o padrão de vida moderna (ORTIZ DE D'ARTERIO, 2007; FERNANDEZ, 1976).

Como agente de mudança, o campesinato é colocado como parte da força propulsora da modernização da agricultura depois dos anos sessenta, atuando na difusão dos avanços técnicos e tecnológicos focados no aumento da produtividade do trabalho no campo⁴. Essa função poderia ser concretizada seja como camponês, seja como trabalhador rural ao serviço da agroindústria.

Segundo Lara Flores (2006):

Después de que las reformas agrarias en América Latina dejaran de ser un símbolo del progreso social y uno de los compromisos base de los países que firmaron en 1961 la Carta de Punta del Este, la tecnología aparece como la panacea para resolver los graves problemas de la agricultura. Con apoyo de la Agencia de Estados Unidos para el desarrollo internacional (USAID), el Banco Interamericano de Desarrollo y el Banco Mundial, se extiende el uso de paquetes tecnológicos, junto con la construcción de grandes obras de riego, dando lugar a la llamada “revolución verde” (p. 485)

⁴ Desde os anos setentas, a América Latina foi uma das regiões do mundo que teve um avanço significativo na mecanização da produção agrícola em comparação com outras regiões “subdesenvolvidas”, além de sediar importantes instituições particulares de pesquisa como o CIAT e o CIMMYT, e instituições nacionais de pesquisa e extensão agrícolas (v.gr. EMBRAPA no Brasil).

Ambas as perspectivas colocavam o capital e o Estado como atores fundamentais para mudar as condições materiais e imateriais de “atraso”. Ao nosso entender, a interpretação desenvolvimentista tem continuidade aos finais do século XX na obra paradigmática de Abramovay. Esse autor destaca a perspectiva evolucionista e eurocêntrica para a análise do campo, acreditando nos impactos positivos do avanço das relações capitalistas nesse espaço, por conseguinte, o capital tem desenvolvido processos de integração total o parcial do campesinato ao mercado e isso tem mudado às formas de organização social e produtiva.

Segundo este autor, o desenvolvimento se expressa na transformação do campesinato para agricultor familiar inserido totalmente no mercado, mudando de um modo de vida tradicional para um de tipo profissional, ou seja, moderno. Isto é, a organização familiar comunitária do trabalho camponês se transforma em uma forma de trabalho em condições de mercado capitalista, em concorrência e com formatos de interação impessoal e individual (ABRAMOVAY, 1992 apud FERNANDES, 2005, p). Assim, Abramovay coincide em parte com a interpretação de Gino Germani ao considerar que as relações capitalistas conduzem para uma mudança dos valores-pauta, esquematismo teórico do funcional-estruturalismo norte-americano.

No outro lado está a teoria da dependência⁵, que faz uma crítica ao enfoque dualista da teoria do desenvolvimentismo na América Latina. A análise da dependência foi alicerçada pela teoria marxista, contextualizada para ponderar o avanço do capital na região como uma fase do processo histórico da acumulação e concentração, na qual se produz uma reorganização da divisão internacional do trabalho e o aperfeiçoamento da exploração da força de trabalho no tocante à extração da mais-valia relativa (MARINI, 1994, p. 114-115).

A mobilidade territorial da força de trabalho faz parte desse arcabouço como parte da conformação do “exército industrial de reserva”, compreendida nas suas particularidades sociais e territoriais, tendo a vista que na América Latina a população até metade do século XX era predominantemente rural, e na segunda parte desse século tem um diferenciado processo de urbanização e industrialização. A análise da dependência deu mais ênfase às condições para a migração campo-cidade, tendo como plataforma acadêmica e política os estudos seminais do Grupo de Trabalho de Migrações Internas da CLACSO nos anos setenta, que apontava:

[...] estudiar con mayor detenimiento las posibles modificaciones de la estructura agraria en relación con los movimientos migratorios. Las transformaciones del sector agrícola pueden deberse a políticas de

⁵ Nessa teoria destacam-se Ruy Mauro Marini, Anibal Quijano, Theotonio do Santos, Andre Gunder Frank, Celso Furtado e o contraditório Fernando Henrique Cardoso.

desarrollo específicas, a decisiones de localización de ciertas actividades y ciertas inversiones, etc. En ocasiones, el desarrollo regional facilita la penetración de relaciones capitalistas en la agricultura, lo cual transforma el carácter de las fuerzas de expulsión y en consecuencia las características de las propias corrientes migratorias. Asimismo, es necesario estudiar el efecto de diferentes tipos de tenencia de la tierra, aunados a diferentes modelos de organización de la producción, productividad del trabajo, tipo de cultivo, etc., sobre la retención de la población campesina en el agro” (MUÑOZ; DE OLIVEIRA, 1972, p. 250).

A teoria da dependência compreendia a mudança estrutural como processo, não como dualidade que visava à industrialização, modernização e urbanização com padrões das economias desenvolvidas. Esta assinalava as desigualdades produzidas pelo avanço do capital, afundando na dependência e na pauperização das formas de reprodução do campesinato e dos trabalhadores rurais. Inclusive, balizava que as consequências da migração dos “excedentes populacionais” não diminuíam o desemprego e subemprego no campo, e ainda mais, recuava o desenvolvimento rural pela migração de força de trabalho, sobretudo, dos jovens (ORTIZ DE D’ARTERIO, 2007).

Muitas das pesquisas nessa seara se debruçaram nas obras paradigmáticas sobre o campesinato, sua proletarização (Marx, Lenin, Kautsky) e/ou resistência como organização familiar do trabalho (Chayanov). Os resultados das investigações se focaram nas formas de extração da renda da terra tendo em consideração a heterogeneidade das formas de organização social do campesinato (BARTRA, 2006; FERNANDES, 2013). Ao mesmo tempo, outras investigações focaram na proletarização e assalariamento, produzidos pelo aumento das áreas com grandes explorações agrícolas de monoculturas (cana de açúcar, milho, banana e soja, entre outras) utilizando, diferencialmente, melhoras técnicas e tecnológicas através de sementes, agrotóxicos e maquinaria (LARA FLORES, 2006).

Até os anos oitentas as disputas entre a teoria da modernização e da dependência contribuíram para compreendermos e posicionarmos diante das contradições vinculadas com a reprodução ampliada do capital, tanto quanto, da criação e recriação do campesinato como classe, seja na luta pela terra ou como trabalhador assalariado/integrado.

Ou seja, essas disputas teóricas subsidiaram a emergência analítica e crítica de mais componentes que fazem parte da heterogeneidade do conceito⁶ de classe social, na qual comparecem com mais força a materialidade do campesinato e dos trabalhadores assalariados no campo e seus territórios e territorialidades diversas. Esses territórios e territorialidades são expressivos do caráter relacional, o qual é configurado pelos múltiplos elementos políticos, econômicos, sociais e culturais que compõem o território, construindo

⁶ Segundo Deleuze e Guattari (2001), a crítica do conceito o desmancha e faz que perda seus componentes, ou mesmo, ao submetê-lo a novos ambientes pode adquirir outros novos elementos que o transformam (p. 33, tradução nossa).

uma coerência interna e externa a partir da relação para-si e para o(s) outro(s), isto é, a identidade.

No tocante à mobilidade territorial do trabalho, com a notada implantação de relações capitalistas de compra-venda de força de trabalho, destacam-se a intensidade da desterritorialização no campo produto da migração interna campo-cidade e das estratégias do agronegócio para espoliar terra e assalariar e/ou integrar camponeses e trabalhadores com diferentes origens e qualificações para emprega-los como boias frias, jornaleiros, migrantes, etc. (LARA FLORES, 2006; THOMAZ JUNIOR, 2006).

Tudo isso coloca a mobilidade territorial do trabalho, a nosso entender, como uma das forças que atravessa ou permite a relação entre os três tipos de territórios propostos por Fernandes (2009), o território de governança; o território-propriedade (privada ou coletiva); e o território das práticas produzidas pela conflitualidade, criando uma “representação das formas de uso dos territórios” (p. 208) expressando o carácter relacional do território.

A territorialização do agronegócio como alicerce da mobilidade territorial do trabalho aos finais do século XX e começo do XXI

Desde os anos oitentas, e com mais veemência nos noventas, aprofundam-se as formas de territorialização do capital no campo, as quais amparam a continuidade da conflitualidade material e imaterial supracitados. Tudo isto, exige de novo um aprofundamento no processo histórico que envolve a reestruturação produtiva do capital e suas estratégias para extrair mais-valia, degradando ainda mais as condições de trabalho (flexibilização e precarização).

Nesse cenário, comparece o agronegócio como nova forma do discurso do “progresso” ou “desenvolvimento rural” para os governos, uma parte dos setores políticos e empresariais, acadêmicos e a mídia. Segundo Fernandes (2013) o agronegócio se apresenta como um complexo de capitais formando “sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos” (p. 37), que se mobilizam procurando as condições ótimas de investimento para a exploração de monoculturas (água, terra, recursos naturais e força de trabalho, entre outros). Esse “novo” formato da agricultura moderna, territorializa-se estabelecendo pactos de classe, sobretudo com os latifundiários, reproduzindo mecanismos de controle territorial da terra e do trabalho.

Nessa sequência, nas últimas décadas a mobilidade do capital tem sido impulsionada pela desregulação global apoiada no Estado e no uso de tecnologias de comunicação. Segundo Chesnais (1996) este processo elenca “a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir” (p. 81). Em concordância com isto, a mobilidade do trabalho também tem sido exacerbada, junto às

migrações internas campo-cidade se elencam as migrações campo-campo ou cidade-campo para as áreas do agronegócio que requerem força de trabalho temporária, ao mesmo tempo em que têm aumentado o número de grupos sociais expulsos de áreas rurais espoliadas pelas multinacionais agrícolas ou mineradoras.

Isso destaca uma mobilidade territorial do trabalho com uma multiescalaridade temporalmente mais dinâmica, quer dizer, além da migração permanente campo-cidade na qual existe uma mudança do local de residência, destaca-se o notado aumento dos movimentos não definitivos, circulares, pendulares, sazonais que abrangem aos camponeses e trabalhadores rurais envolvidos nos processos produtivos do agronegócio (ORTIZ DE D'ARTERIO, 2007- LARA FLORES, 2006). Além disso, se acrescentaram as migrações internacionais de força de trabalho sul-norte para áreas de produção agroindustrial, é o caso de latino-americanos e africanos migrantes (legais e ilegais) na Europa e os Estados Unidos, trabalhando nos plantios de laranja, oliveira, uva, ou nas estufas de produção de verduras e legumes.

Nessa multiescalaridade da mobilidade territorial do trabalho, resultante dos movimentos que articulam empregos temporários no agronegócio, também é observada em outras formas de exploração do trabalho camponês através da externalização dos processos produtivos por meio de contratos de “integração vertical ou horizontal”, denominados por ROOS (2015) como “territorialidade capitalista no território camponês” (p. 186), subordinando-o através da sujeição da renda da terra.

As múltiplas mobilidades alicerçadas pelo agronegócio expressam a multiterritorialidade. Essa última é um reflexo das contradições produzidas pela dialética Capital x Trabalho, fundamentando o conceito aqui proposto de mobilidade territorial do trabalho baseado na proposta crítica de Gaudemar (1977). Lembrando que a mobilidade que reproduz o capital, para nosso autor, não é só a mobilidade espacial (migração), também a mobilidade setorial e a intra-profissional.

Com isso o autor coloca em evidência as diferentes formas como o capital se territorializa para dominar e utilizar a força de trabalho, todavia, o capital parecendo uma força historicamente mais desenvolvida, mormente utiliza formas não capitalistas de trabalho para se reproduzir, esse é o caso do campesinato e as comunidades tradicionais. Portanto, a mobilidade do trabalho é para ele “uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Prosseguindo, a mobilidade nessas condições alicerça outra característica, a reversibilidade. Com a flexibilização do processo produtivo (toyotismo ou post fordismo), o capital conseguiu que a classe trabalhadora se tornasse mais flexível e quebrasse não só das ataduras do local de trabalho, se não as ataduras das funções especializadas no processo produtivo, isto é, conseguiu organizar a força de trabalho como uma massa

polifuncional que se adapta às mudanças just-in-time do mercado de trabalho e das mercadorias (commodities). Nesse sentido, a territorialidade capitalista aproveita o trabalho familiar, os pulos entre empregos entre diferentes setores produtivos, e/ou em funções dentro do mesmo setor, sem descartar à volta a empregos ou funções anteriormente desenvolvidas.

No campo, a reversibilidade da mobilidade territorial do trabalho foi parcialmente estudada pelo arcabouço teórico da denominada “Nova Ruralidade” por meio dos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, criados no contexto político e acadêmico da Europa nos anos noventa para compreender as consequências da Política Agrícola Comum - PAC. Esse arcabouço foi trazido para América Latina com o intuito de analisar as novas dinâmicas rurais com a expansão de atividades econômicas não agrícolas no campo (turismo, serviços ambientais etc.) e a maior interdependência de mercados urbanos (LLAMBÍ; PEREZ, 2007). Em síntese, esses conceitos estão mais próximos do PCA ao aceitarem o avanço do capital de diferentes setores econômicos no campo, fornecendo aos camponeses a possibilidade de se adaptar para conseguir outros tipos de renda, diferente ou complementar à da terra.

Já, com uma perspectiva crítica está o conceito de plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009, 2013), que da conta das territorialidades do capital para inserir/excluir força de trabalho camponesa e de comunidades tradicionais de forma acelerada, flexível e precarizada. Essa proposta conserva a leitura sistêmica do marxismo como metabolismo do capital, ancorando a multiterritorialidade e multiescalaridade como centro a dialética da luta de classes, no tocante a importância da Reforma Agrária e a gestão do trabalho através da:

[...] requalificação das relações de produção e de trabalho, tais como: fortalecimento do assalariamento; manutenção das formas de dependência dos trabalhadores com os sistemas integrados; agricultor a tempo parcial, atividades rurais não agrárias; pluriatividade, enfim, formas específicas de subproletarização, ou ainda a busca de formas autônomas e fragilizadas de trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 20).

Em conclusão, a mobilidade territorial do trabalho ao focar nas disputas entre os territórios do capital e do campesinato/comunidades tradicionais, alavanca a análise da multidimensionalidade política, social, econômica e cultural. Isso desvenda a produção social do trabalhador pela via da mobilidade forçada pelo capital (liberdade negativa) que se territorializa através da apropriação do uso e acesso aos territórios camponeses, de comunidades tradicionais e indígenas, seja para extrair diretamente a renda da terra (arrendamento da terra) ou indiretamente (integração vertical ou horizontal). Além disso, apresenta a migração não como uma decisão racional individual, essa é uma mobilidade da classe trabalhadora e subalterna exposta ao “uso capitalista dos corpos dos trabalhadores,

nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção” (GAUDEMAR, 1977, p. 19).

Aludimos de novo à leitura de Haesbaert (2011) sobre a territorialização no movimento, como demonstrado pelos migrantes e as formas de trabalho sazonal e jornalheiro (LARA FLORES, 2006; ORTIZ DE D'ARTERIO, 2007; THOMAZ, 2009), e a territorialização na imobilidade, como demonstrado no tocante ao controle capitalista do território camponês (ROOS, 2015). Esses tipos contribuem na empreitada de reconhecer a reversibilidade da mobilidade das territorialidades em fluxo e rede, seja como nômade com movimentos sob controle, seja como migrante, mormente com fins vinculados à mobilidade forçada pelo capital (HAESBAERT, 2011).

As resistências também se expressam nas territorialidades no movimento e na imobilidade. Entanto o capital não consegue dominar as territorialidades em sua totalidade, existem controles relativos do primeiro território (de governança) sobre o segundo território – a propriedade da terra e do próprio corpo- que expressam os resquícios da liberdade positiva como uma possibilidade real. Essa liberdade nas últimas décadas foi reivindicada com mais força pelos movimentos sociais que lutam pela terra e pelo trabalho.

Considerações finais

Nesse apartado, são elencados alguns referenciais teóricos e metodológicos que nos auxiliaram e permitiram uma aproximação à nossa definição do conceito de mobilidade territorial do trabalho. O primeiro, e o estabelecimento de diálogo entre disciplinas. Tendo como fundamento a fertilização cruzada da multi e transdisciplinariedade nos temas agrários e do trabalho, consideramos fundamental ter o alicerce da Geografia para compreender e aprofundar a teoria do espaço e do território em diálogo com a teoria do social.

Um dos elementos teóricos que teceram esse trabalho foi à análise da migração no debate entre a teoria do desenvolvimento e da dependência, municiando a referência na teoria latino-americana e seus aportes para compreendermos o momento atual de avanço e acumulação do capital no campo. A multiescalaridade que está ancorada nessas teorias permite-nos compreender o todo e as particularidades da América Latina no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Em quanto ao metodológico, na escrita aparece uma continua procura da materialidade do conceito através da revisão de pesquisas, o que forneceu uma possibilidade para compreender melhor a territorialização no movimento e na imobilidade, elementos que consideramos substanciais de serem aprofundados em futuros trabalhos com o intuito de compreendermos as formas que expressa a mobilidade no âmbito da exploração do trabalho pelo capital reestruturado no século XXI.

Referências

- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociología do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALMEYRA, G. et al. **Capitalismo**: tierra y poder en América Latina (1982-2012). Buenos Aires: UAM-X/CLACSO, 2014.
- AUVILLAIN, M.; LIBERTI, S. El lado oscuro de los tomates italianos. **El País**, Madrid, 2014.
- BARTRA, A. **El capital en su laberinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida**. 1. ed. México: Itaca, 2006.
- BECKER, O. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; LOBATO-CORRÊA, R. **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-343.
- BID E GLOBAL HARVEST INITIATIVE. **La próxima despensa global**: cómo América Latina puede alimentar al mundo. Un llamado a la acción para afrontar desafíos y generar soluciones. [Washington]: BID, 2014.
- CIMMYT. Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz y Trigo. **Quiénes somos**, 2015. Disponível em: <<http://www.cimmyt.org/es/quienes-somos>>. Acesso em: 3 Julio 2015.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **¿Qué es la filosofía?** 6a. ed. Barcelona: Anagrama, 2001.
- FERNANDES, B. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2005.
- _____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E.; (ORG.) **Campepinato e Território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.
- _____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.
- _____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 873 f. Tese (livre-docência). 2013. Presidente Prudente.
- FERNANDES, B.; WELCH, C.; GONÇALVES, E. **Políticas fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012.
- FERNANDEZ, M. Las migraciones internas: algunos lineamientos teóricos para su estudio. **Revista de Ciencias Sociales**, San José de Costa Rica, n. 12, p. 119-146, 1976.
- GAUDEMAR, J. P. D. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LA VIA CAMPESINA. **Informe de la VI Conferencia Internacional de la Vía Campesina**. Yakarta: La vía campesina, 2014.

LARA FLORES, S. El trabajo en la Agricultura: Un recuento sobre América Latina. In: DE LA GARZA, E. **Teorías sociales y estudios del trabajo**: nuevos enfoques. [S.l.]: Anthropos, 2006.

LLAMBÍ, L.; PEREZ, E. Nuevas ruralidades y viejos campesinismos. Agenda para una nueva sociología rural latinoamericana. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 4, n. 59, p. 37-61, 2007.

MARINI, R. Escritos de Ruy Mauro Marini. **La crisis del desarrollismo**, 1994. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/085_crisis_desarrollismo.html#1>. Acesso em: 20 Novembro 2015.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital. Crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, R. **O que é geografia?** 2a. ed. Brasília: Coletivo Território Livre, 2009.

MUÑOZ, H.; DE OLIVEIRA, O. Migraciones internas y desarrollo: Algunas consideraciones sociológicas. **Demografía y economía**, México, v. 6, n. 2, p. 248-260, 1972.

ORTIZ DE D'ARTERIO, P. **La movilidad territorial de la población en los contextos rurales. Una revisión teórica**. Iª Jornadas de Antropología Rural. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. 2007.

PEDREÑO, A. **De cadenas, migrantes y jornaleros**. Madrid: Talasa, 2014.

PERPETUA, G. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, p. 58-79, Julho 2013.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, n. 2, p. 11-24, Março 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1996.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul**. 2015. 390 f.: Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. II, 2006.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos. 2009. 985f. Tese (Livre Docência em Geografia do Trabalho) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

_____. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Pegada**, v. 14, n. 2, p. 1-24, 2013.

WALLERSTEIN, I. **Abrir las ciencias sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.